

**RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL,
EMPREENDEDORISMO SOCIAL
E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
similitudes, ambivalências e
possíveis conexões**

**CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY ,
SOCIAL ENTREPRENEURSHIP AND
SOLIDARITY ECONOMY: similarities,
ambivalence and connections possible**

**RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA,
EMPRENDIMIENTO SOCIAL Y ECONOMÍA
SOLIDARIA: similitudes, la ambivalencia y
conexiones**

Edson Marques Oliveira¹

RESUMO

A crise mundial deflagrada em 2008, pela especulação financeira, serviu para acentuar nos países ricos o que os países pobres já vêm enfrentando a muitas décadas, recessão, inflação, desemprego, desigualdade, exclusão social, violência, entre outras mazelas sociais. E no epicentro das grandes demandas surgem alternativas de enfrentamento, sejam oriundas dos governos, das organizações empresariais ou da sociedade civil organizada, a essa tríade tem se denominado de primeiro setor (governo) segundo setor (empresas privadas) e terceiro setor (sociedade civil). Vive-se sem dúvida num momento híbrido de ações interventivas no campo social, campo esse que via de regra sempre foi renegado a caridade, filantropia e ao bel prazer dos poderosos. Ao se analisar a atual conjuntura, é possível constatar que em alguns aspectos isso não mudou, mas não é essa questão que quero abordar. Ressaltando o fato de que na prática esses setores estão se encontrando, e em alguns momentos até gerando certa conexão. No entanto, ao analisar as questões conceituais e as dimensões políticas,

¹ Graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (1989), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Pós-doutorado em Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades, pelo CES, Universidade de Coimbra, Portugal. Atualmente é professor Associado do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Toledo-PR. E-mail: emo@unioeste.br.

práticas postas e que permeiam essas organizações e seus respectivos sujeitos, é possível encontrar diferenças significativas. Principalmente no campo ideológico, notadamente no caso da economia solidária. No entanto, na prática, será que existem muitas diferenças? Pois, seja no uso de instrumentos, estratégias e ações de intervenção, principalmente quando se trata de ações de geração de trabalho e renda de populações em risco e vulnerabilidade social, encontramos muitas diferenças? É sobre isso que o presente artigo trata. De uma análise a partir de dados empíricos de uma pesquisa referente ao perfil de organizações empresariais da região Oeste do Paraná, Brasil, da prática de um projeto de extensão e da participação de organizações da sociedade civil, e empresarial na criação e desenvolvimento de ações de intervenção no campo da responsabilidade social empresarial, do Empreendedorismo Social, e mais recentemente no viés da economia solidária. E com isso apontar as possíveis conexões, ambivalências e inflexões necessárias para melhor compreensão desse momento e processo.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade social, empreendedorismo social, economia solidária.

ABSTRACT

The global crisis triggered in 2008 by financial speculation, served to accentuated in rich countries, poor countries are already facing many decades, recession, inflation, unemployment, inequality, social exclusion, violence, among other social ills. And at the epicenter of the major demands arise coping alternatives are coming from the governments, business organizations or organized civil society, this triad has been called the first sector (government) second sector (private companies) and third sector (civil society) . We live in a hybrid undoubtedly moment of intervening actions in the social field this that a rule has always renegade charity, philanthropy and the whim of the powerful. When analyzing the current situation, it is clear that in some ways it has not changed, but not the issue I want to address. Highlighting the fact that in practice these sectors are found, and at times even generating some connection. However, when analyzing the conceptual issues and the political dimensions, and put practices that permeate these organizations and their subject, you can find significant differences. Especially in the ideological field, especially in the case of solidarity economy. However, in practice, are there many differences? Therefore, is the use of

tools, intervention strategies and actions, especially when it comes to job generation of shares and income populations at risk and social vulnerability, we find many differences? That's what this article is about. An analysis from empirical data from a related research profile of business organizations of western Paraná, Brazil, the practice of a civil society outreach project and the participation of organizations and business in the creation and development of actions intervention in the field of corporate social responsibility, Social Entrepreneurship, and most recently in the bias of the solidarity economy. And with that point out the possible connections, ambivalence and inflections necessary for better understanding of this time and process.

KEYWORDS: social responsibility, social entrepreneurship, solidarity economy.

RESUMEN

La crisis mundial desencadenada en 2008 por la especulación financiera, sirvió para acentuado en los países ricos, los países pobres ya enfrentan muchas décadas, la recesión, la inflación, el desempleo, la desigualdad, la exclusión social, la violencia, entre otros males sociales. Y en el epicentro de las principales demandas surgen alternativas vienen de los gobiernos, las organizaciones empresariales o de la sociedad civil organizada para hacer frente, esta tríada se ha llamado el primer sector (gobierno) segundo sector (empresas privadas) y el tercer sector (la sociedad civil). Vivimos en un híbrido, sin duda, momento de las acciones que intervienen en el ámbito social que esta regla tiene caridad siempre renegado, la filantropía y el capricho de los poderosos. Al analizar la situación actual, es evidente que en algunos aspectos no ha cambiado, pero no el tema que quiero tratar. Destacando el hecho de que en la práctica se encuentran estos sectores, ya veces incluso generar algún tipo de conexión. Sin embargo, al analizar las cuestiones conceptuales y las dimensiones políticas y prácticas puestas que impregnan estas organizaciones y su tema, usted puede encontrar diferencias significativas. Especialmente en el campo ideológico, especialmente en el caso de la economía solidaria. Sin embargo, en la práctica, ¿hay muchas diferencias? Por lo tanto, es el uso de herramientas, estrategias de intervención y acciones, sobre todo cuando se trata de la generación de empleo de las acciones y de las poblaciones de ingresos en situación de riesgo y vulnerabilidad social, encontramos muchas diferencias? Eso es lo que este artículo se trata. Un análisis de los datos empíricos de un perfil de investigación relacionados con las organizaciones empresariales del oeste

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n5p697>

de Paraná, Brasil, la práctica de un proyecto de extensión de la sociedad civil y la participación de las organizaciones y las empresas en la creación y desarrollo de acciones intervención en el ámbito de la responsabilidad social corporativa, Emprendimiento Social, y más recientemente en el sesgo de la economía solidaria. Y con ese punto las posibles conexiones, la ambivalencia y las inflexiones necesarias para una mejor comprensión de este tiempo y proceso.

PALAVRAS-CLAVE: responsabilidad social, emprendimiento social, economía solidaria.

Recebido em: 06.03.2019. Aceito em: 12.06.2019. Publicado em: 01.08.2019.

INTRODUÇÃO E NOTAS DE ESCLARECIMENTO

“No futuro, toda boa estratégia deverá
incorporar algum elemento social,
que tornará único, mais difícil de ser copiada.”
Michal Porter
Guia Exame2007,

Inicialmente cabe algumas notas sobre o tema proposto e o contexto em o que o mesmo foi sendo construído. Primeiro, sobre o porquê juntar à reflexão três termos, que num primeiro contato são antagônicos? Principalmente, Responsabilidade Social Empresarial (R.S.E) e, Empreendedorismo Social (EMPS) e Economia Solidaria (ECOSOL). Levando em conta que na prática tenho visto em muitos espaços e momentos os três termos e ações juntos quando não imbricados, com pouca diferenciação.

Afirmo isso com base na experiência que venho desenvolvendo a mais de dez anos na cidade de Toledo, no Estado do Paraná, no Brasil, através de um programa e atividade de Extensão Universitária denominado de Programa Casulo Sócio-Tecnológico (CASULO), o qual pode ser consultado em www.unieoste.br/projetos/casulo).

O programa CASULO é fruto da pesquisa e tese de doutorado em Serviço Social na Unesp, Franca – SP Brasil, realizado em 2004 com o tema Empreendedorismo Social no Brasil (Oliveira, 2004). Que por sua vez motivado pela constatação do crescimento do tema e da prática do mesmo junto às organizações do terceiro setor em parceria com empresas privadas do segundo setor desde meados de 2000. E mais recendente por volta de 2006, iniciei o aprofundamento junto ao conceito e prática de ECOSOL, e também da participação política do movimento no Brasil, sendo representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) junto aos Fóruns Regionais e

Estaduais de ECOSOL e participando de uma Comissão Regional de Metodologia para o Desenvolvimento de uma Capacitação Nacional através de um projeto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) denominado CEFS (Centro de Formação em Economia Solidária).

Nesse sentido, tanto em termos de experiência empírica como de pesquisa teórica e reflexões construídas, me deparei inúmeras vezes com indagações diversas, tanto práticas como epistemológicas bem com ações de intervenção que as organizações dos respectivos setores citados vêm desenvolvendo e o uso das abordagens ECOSOL, EMPS e R.S.E. Mas principalmente essa relação com o último tema essa questão fica ainda mais complexa.

Portanto, procuro refletir o presente tema em quatro pontos. No primeiro, tentando delimitar e sinalizar as similitudes e ambivalências dos conceitos trabalhados aqui. No segundo momento, destaco o contexto e desafios ao relacionar a gestão de negócios com o enfrentamento das expressões da questão social e do tema sustentabilidade. No terceiro momento apresento os resultados de uma pesquisa sobre as Associações Comerciais (ACs) de forma geral e de forma específica do Paraná e da Região Oeste do Paraná, tendo como estudo de caso a Associação Comercial da cidade de Toledo, a ACIT, e parte da experiência que desenvolvi no programa CASULO. No quarto momento, fecho a reflexão apontando o que chamo de pontos passíveis de conexão entre os três temas eixos aqui refletidos.

Similitudes e ambivalências dos Conceitos de Economia Social, Responsabilidade Social Empresarial e Empreendedorismo Social.

O tema R.S.E, vem amadurecendo nos últimos anos, tanto em relação aos aspectos práticos como teóricos. Na década de 1990 e início de 2000, quando se indagava, o que é R.S.E, cada um apresentava a sua opinião, pois não havia parâmetros técnico-legais para dar essa resposta.

No entanto, no Brasil, desde dezembro de 2004, a ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas lançou a NBR 16.000, preconizando as diretrizes técnicas e conceituais de implementação de um sistema e política de gestão da R.S.E., que é resultado de intensa discussão entre especialistas tornando-se referência mundial para a elaboração da ISO 26.000, que desde 2010 foi sendo materialização e conhecida como Norma Técnica da ABNT consumada essa materialização em 01.12.2010 no Brasil. É considerada como grande marco de Diretrizes para essa área. Isto mostra a importância, o peso e relevância dessa norma para uma melhor sistematização desse processo de construção do marco legal, técnico e científico da R.S.E, bem como da proliferação de eventos, organizações e bibliografia.

Essa norma, entende que R.S.E como,

“(...) responsabilidade de uma organização, pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade, no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável inclusive a saúde e bem-estar da sociedade, leve em consideração as expectativas das partes interessadas, esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas internacionais de comportamento e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações.” (BRASIL, 2010 ABNT, p. 16)

Corroborando com essa perspectiva o Instituto ETHOS, organização criada por empresários no Brasil e que desde sua fundação em 1998, vem dando grande contribuição para a disseminação e apoio ao crescimento do conceito e práticas de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial, apresentando a seguinte definição.

“a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (INSTITUTO ETHOS, 2009)

Nesse sentido, nota-se que a R.S.E, não se limita a simples aspectos de mero *marketing* social, ou de simples aparência, mas de um comprometimento com valores e ações concretas. Tenho defendido a ideia de que é muito fácil hoje em dia perceber quais empresas são enganadoras e quais estão realmente comprometidas com essa visão. É importante salientar, que o movimento da R.S.E surge por volta dos anos de 1970, com a crise energética, mas as suas origens são notadas desde os primórdios do sistema capitalista em forma primária, no sentido fordista do termo.

Sobre esse ponto, Rico (2010, p. 16)) ressalta que:

[...] ao mencionar que o movimento de responsabilidade social surge a partir de uma fase do desenvolvimento do capitalismo, significa traduzi-lo como uma resposta que as empresas foram dando às mazelas sociais. As empresas percebem que o importar-se com o meio social onde vive o seu consumidor é um importante fator de agregar valor ao produto (o que é um aspecto inerente do modo capitalista na obtenção do lucro).

Logo, considerando o pressuposto de que esse nível de sistematização favorece a elaboração de ações que de fato possam intervir na realidade social, tanto do Brasil como em outras partes do mundo, e em específico, no enfrentamento da pobreza e na sustentabilidade em suas múltiplas dimensões e impactos. Essa ação possível é efetuada num ambiente paradoxal. Onde, ao mesmo tempo em que vivemos um dos momentos mais acelerados e ricos quanto ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, também vivemos um dos momentos de maior aprofundamento da miséria, pobreza e exclusão social.

E decorrente desses paradoxos, nota-se o emergir de outras alternativas, entre elas o Empreendedorismo Social e a Economia Solidária.

O Empreendedorismo Social emerge paralelo ao movimento da R.S.E, mais acentuadamente na metade da década de 1990, mas também junto ao crescimento do chamado de terceiro setor, e o desenvolvimento da chamada política neoliberal, caracterizada principalmente pela redução dos gastos sociais, e menor interferência do governo na dinâmica do mercado.

São várias as concepções sobre Empreendedorismo Social. Um bom exemplo dessa diversidade são os trabalhos de pesquisadores de Portugal, em específico os trabalhos de Parentes et al. (2012/2013) na cidade do Porto, que retratam a noção desse tema a partir da tradição Europeia, todavia destacando uma abordagem eclética, como afirma Parentes (2014), onde destaca quatro escolas de pensamento, agrupadas e quatro eixos.

O primeiro representado pela Escola da inovação, de origem mais norte-americana. A segunda é a Escola da geração de receita o empresarial, também de influência americana mas também com forte participação Anglo Saxônica. A terceira, a Escola Economia Social, de tradição Europeia com maior influência Francesa, e a quarta, a Escola da Economia Solidária, tendo maior expressividade a América do Sul e nela o Brasil de forma mais específica, como principais disseminadores.

Entretanto apesar dessa mescla, juntando até elementos antagônicos como é o caso da ECOSOL, o entendimento de Empreendedorismo Social está relacionado as organizações do terceiro setor e ações de empresários no campo social e até mesmo de ações governamentais no campo social.

No presente texto, trabalhado com a compreensão de que o EMPS é um processo que visa dinamizar a gestão social de organizações com objetivo de intervir no campo social (OLIVEIRA, 2004, p.15). Nesse sentido, o Empreendedorismo Social como processo, mesmo tem três fases de desenvolvimento.

A primeira, elaborar uma ideia inovadora a segunda colocar essa ideia inovadora em prática, aperfeiçoá-la, a terceira reaplicar essa ideia em larga escala (OLIVEIRA, 2003). Diferente do empreendedorismo empresarial convencional, o mesmo visa alargar os impactos na vida social, com processos de inclusão, o "lucro" ou retorno é coletivo, as ações podem ser desencadeadas por um empreendedor, mas a sua execução e desenvolvimento só é efetivado pela ação coletiva, associativa, e cooperada (OLIVEIRA, 2008).

Nessa mesma lógica, Esteves (2011) ressalta que o Empreendedorismo Social proporciona o desenvolvimento de propostas de empreendimentos sociais e de articulação em redes com base no desenvolvimento local. Para o autor, que procura relacionar o EMPS com a ECOSOL, ressalta que a ECOSOL em específico, faz com que essa proposta se torne um discurso político concreto. Cabe enfatizar que as ações de EMPS, emergem num momento de crise, tanto do Estado preocupado em suprir as necessidades sociais, como de ações convencionais assistencialistas, caritativas e paternalista, advinda da velha filantropia.

Sendo assim, é importante pôr em evidência a relação do Empreendedorismo Social com o terceiro setor e com o movimento de Responsabilidade Social Empresarial. Segundo Oliveira (2008) com o crescimento do estilo neoliberal, muitos países, principalmente os em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, iniciaram um processo de restrição de investimentos sociais. Com isso, muitas das organizações do terceiro setor, tiveram que rever a forma de sobrevivência, pois muitas eram subsidiadas pelo poder público.

Essa busca levou um grande número de organizações a adotarem ferramentas e estratégias das empresas privadas. Essas por sua vez, com o desejo de contribuir com o campo social, incentivaram o processo de transferência de conhecimento e ferramentas de gestão para a intervenção social. O caso mais típico da relação é a organização Ashoka. Criada por Bill Dayton, ex- consultor da McKinsey & Company, uma das maiores organizações de gestão estratégica mundial, desde o final da década de 1980 vem disseminando a ideia de Empreendedorismo Social, gerando inúmeras outras estratégias, como exemplo a incubação de empreendedores inovadores, através do concurso de Empreendedorismo Social, e do sustento dos melhores projetos, o que gerou, a criação de franquias sociais, caso típico do projeto do Rodrigo Bagio, o CDI – Comitê de Democratização da Informática, e que por sua vez, influenciou profundamente as políticas públicas de inclusão digital. (Cf. Oliveira, 2004)

Esses processos têm sido considerados como um fator de intersectorialidade, entre as organizações do terceiro setor, empresas e governo, como ressalta o estudo de Ficher (2002).

Já a economia solidária, emerge como um movimento que é ideologicamente vinculado à ideia de classe trabalhadora, de movimento dos trabalhadores, tendo como principal origem as experiências na Inglaterra em meados do século XIX para enfrentar a primeira crise do sistema capitalista, principalmente quanto ao desemprego. Nesse sentido, é um movimento que visa produzir, distribuir e comercializar produtos que gerem trabalho, renda e inclusão social, de forma a ser diferente da cultura capitalista, que visa o lucro só para alguns e concentra a realização do acúmulo do capital através da exploração da força de trabalho, que é entendido como individual.

Atualmente percebe-se diferentes concepções sobre a ECOSOL. Na Europa, por exemplo, o entendimento é que a Economia Social, inclua, não só empreendimentos com fins lucrativos, mas também sem fins lucrativos, ou seja, organizações do terceiro setor, cooperativas, entre outras, que também recebem subsídios governamentais para a realização de suas finalidades.

Já na América Latina e mais precisamente no Brasil, as organizações que compõem a ECOSOL são caracterizadas com finalidade lucrativa, como é o caso das cooperativas, como também o conjunto de associações. Se bem, que a filofia adjacente não priorizar o lucro, pelo lucro, mas principalmente, como afirma Corragio de valorização da vida.

Nota-se que essa aproximação entre terceiro setor, governo e as diferentes concepções, é foco de várias críticas, destaque para o estudo de Wellen (2009) que é taxativo em considerar que a ECOSOL é um retrocesso na luta dos trabalhadores e que alimenta a lógica capitalista na medida que é um paliativo para sanar possíveis falhas

do mesmo, e Lechat (2002) que destaca as ambivalências dos dois conceitos e suas respectivas práticas.

Outros autores como Singer (1998 e 2000), defendem até que a ECOSOL poderá superar o modo capitalista de produção, outros defendem que a ECOSOL pode atuar como mais uma forma alternativa e estratégica (Gaiger, 1996 e 1998.) e de uma pluralidade de ações econômicas frente aos paradoxos da economia convencional (Laville, 2006).

Ressalto a conclusão de França Filho (2002), a partir de uma análise sobre esses termos, que é ilustrativa. Segundo esse autor, as diferenças conceituais são decorrentes do contexto sócio-histórico em que são construídas, bem como, as intenções e propósitos dos grupos que as desenvolveram.

Nesse sentido, a síntese desse autor é representativa de grande parte dos defensores da economia solidaria. Não é possível considerar o terceiro setor como um setor específico, e muito menos, valorizar sua existência na medida em que o mesmo substitui as muitas funções do Estado.

Logo, tanto a Economia Social de cariz europeu como a Economia Solidária de cariz Latino-americano surge da crise do capitalismo no cenário do século XIX e XX, para enfrentar o desemprego e gerar uma lógica de sobrevivência mais coletiva onde a valorização das pessoas está acima da acumulação do capital. O movimento da R.S.E, emerge também da crise do capital, nos anos 1970, decorrente principalmente do esgotamento dos recursos naturais, e da lógica voraz de fazer negócios, que é visto como insustentável para todos os setores da sociedade.

Já o Empreendedorismo Social, emerge nesse epicentro de acontecimentos, sendo considerado um processo de inovação na gestão social, de forma geral, mas de uma ação de integração no campo social de forma específica, onde ações, tanto governamentais, como do terceiro e segundo setor, são focadas para o combate aos níveis de pobreza e desigualdades sociais. Prima pela inovação e o compartilhamento

de ideias, projetos e ações de alto impacto, baixo custo e fácil reaplicação na área social, é um articulador da lógica social para a lógica de mercado unindo e intermediando tanto as ações governamentais, como empresarias do terceiro setor focando a intervenção social inicialmente e potencialmente é individual, mas progressivamente e necessariamente se transforma em coletiva.

Somente nessa síntese é possível ver elementos que são similares, mas também ambivalentes, ainda que com possíveis conexões. Todavia essa reflexão, e hipótese, poderá ser melhor analisada a partir da apresentação da pesquisa e do estudo de caso da ação que realizei junto às Associações Comerciais do Paraná, no Brasil através do programa de extensão CASULO, entre 2007 a 2008 na região oeste do Paraná, Brasil.

Antes, porém, é preciso refletir em que escopo contextual essas ações estão sendo desenvolvidas. O que procurarei explicitar no próximo tópico. Dando ênfase ao aspecto principal do presente artigo, que é relacionar a R.S.E, EMPS e ECOSOL, levando em conta que o fazer negócios, ou a gestão de tipos diferentes de empreendimentos, e que está no cerne desse processo. O que envolve pessoas, conceitos, intenções e valores diversos, bem como, inimigos comuns, como a pobreza e a injustiça social.

Desafios da gestão de negócios, questão social e sustentabilidade.

Entre vários pontos de maior gravidade quando se pensa na questão social, é sem dúvida, a ideia de concentração de renda e de riqueza como sendo um fator alarmante em nossos dias. Em termos mundiais, segundo Yunus (2008), sempre destaca essa questão ao discutir o papel das empresas no contexto do enfrentamento das questões sociais, afirma o mesmo, que apesar do grande crescimento dos países desenvolvidos e dos emergentes, nota-se que cerca de 40% da população mundial retém 94% da renda mundial, e os outros 60% têm que viver com 6% da mesma renda, o que faz com que metade da população do mundo viva com cerca de dois dólares

dia e quase um bilhão de pessoas com apenas um dólar dia. E enquanto isso a União Europeia gasta três euros dia para deixar suas vacas bem alimentadas.

Em termos de Brasil a questão é quase um problema historicamente crônico, e apesar dos bons resultados com diminuição da pobreza, ainda temos muito por fazer, dada às dimensões históricas e culturais, como pode ser constatado nos estudos coordenados por Puchmann (2003) sobre a riqueza em nosso país, onde se constata que no censo de 1872, o Brasil possuía 10,1 milhões de habitantes que formavam cerca de 1,3 milhão de famílias, destas somente 23, 4 mil, ou seja, 1,8% eram famílias ricas.

Após um período de cerca de meio século, considerando as devidas proporcionalidades em termos de habitantes, a situação não foi alterada, pois no censo de 1920 somente 64,2 mil famílias eram ricas de quase cerca de 31 milhões de habitantes o que significa que somente 1,3% tratavam-se de famílias ricas. Mais próximo de nosso tempo, também constatamos uma condição inalterada, ou seja, em 2000 apenas 2,4% são de famílias ricas, o que leva há uma triste conclusão salientada pelo autor:

Talvez isso ajude a entender por que o Brasil se coloca em termos de experiência internacional como um dos poucos países capitalistas incapazes de realizar reformas civilizatórias no padrão de geração e distribuição da riqueza e de instaurar direitos realmente universais (POCHMANN, 2004, p.29)

Outro ponto a ser ressaltado, é a questão da pobreza. No caso do Brasil, e segundo dados do IBGE (2013), onde cerca de 16,2 milhões de pessoas estão na extrema miséria, o que significa estar: sem habitação, alimentação e trabalho adequados. Destes há uma concentração no nordeste com 9,61 milhões de pessoas. Sendo que na região urbana são cerca de 8,67 milhões de pessoas, 32,6% na região norte e 24% sudeste. Há também um alto índice de pobreza extrema na área rural, 7,59 milhões 35,7% no norte e 35,4% no nordeste.

Dados mais recentes (2013) mostram que houve melhoria significativa, tanto na redução da pobreza como da renda das famílias mais pobres, no entanto é possível

constatar os dados ainda são alarmantes, pois o Brasil está entre os 12 países mais desiguais do Planeta, o que gera um paradoxo, que faz com que tenhamos no mesmo país, vários países, ou seja, Estados que têm padrão de primeiro mundo e Estados com características de países subdesenvolvidos.

Neste sentido, qualquer organização que queira sobreviver, prosperar e dar continuidade ao seu negócio e atividade, precisa enfrentar este contexto que ao mesmo tempo impõe desafios, e também, abre grandes oportunidades, como salienta Harman e Hormann (1999, p.182)

“Todo este contexto é de maior relevância particularmente para o setor dos negócios. Em primeiro lugar, tomar boas decisões empresariais depende do modo criativo de uma avaliação precisa tanto das circunstâncias externas como do ambiente interno. Além disso, e ainda mais importante, a liderança empresarial encontra-se numa posição única para prestar uma construtiva contribuição a esta transformação pacífica.”

Esse quadro, faz com que o processo de governabilidade pública, como a condução de negócios sejam insustentáveis, o que perpassa a noção de mero cuidado com o meio ambiente ou puras e simplistas estratégias de marketing social.

Aqui não estarei abordando como é de praxe, a relação dicotômica entre capital e trabalho, principalmente de cariz marxista onde empresas são tidas como fomentadoras de alienação e exploração do capital, o que em si, já sinaliza a crítica a abordagem da responsabilidade social em vários trabalhos (Paoli, 2002).

Não ignoro essa “luta de classe”, mas parto do princípio de que todas as organizações estão em busca de soluções e de garantir cada uma a seu modo e interesse, as vantagens de seus propósitos, o fato concreto, é que, tanto empresas que querem manter a lógica de exploração capitalista clássica, como outros setores que buscam reconhecimento e justiça, gerando uma luta do nós contras eles, vai inviabilizando a busca de uma saída concreta, que de fato seja justa e sustentável. (Rico, 2004 e 2010)

Em outros termos, a questão que está posta não é trocar o sistema capitalista (que já se sabe historicamente que do modo que vai, só tende a piorar) pelo socialista (que em si não tem grandes exemplos que ensejam algum crédito como modelo alternativo além de especulação e discurso teórico), e sim, como articular os interesses dos setores e principalmente, como garantir o bem-comum, o progresso, a justiça e qualidade de vida para todos incluindo-se a tão sonhada sustentabilidade.

O termo sustentabilidade surge no cenário internacional pela primeira vez no *Relatório Brundtland*, documento produzido a pedido da ONU em 1987, que apresentava o seguinte entendimento sobre sustentabilidade, "... a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades." (Almeida, 2007, p. 217). Logo, é nesse ponto que ao vermos de uma forma diferente as organizações, as pessoas e o modo como fazer negócios e governar, é que fazem emergir ações, organizações e líderes com essa finalidade, fazer alguma coisa, lutar contra as tendências de calamidade. Segundo Dawbor isso tudo advém de uma razão bem clara,

O que se torna evidente, já não numa visão estreita de crítica sistêmica anti-capitalista, mas de bom senso econômico e social, é que um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, simplesmente não é suficiente. Sobretudo se, ainda por cima, joga milhões no desemprego, dilapida o meio-ambiente e remunera mais os especuladores do que os produtores. (Dawbor, 2001: 31)

Essa constatação faz com que surjam vários fóruns, movimentos e campanhas mundiais para tratar dos mais variados assuntos, destacamos os seguintes: Esgotamento Ambiental do Planeta, Rio-92; Direitos Humanos, Viena-93; Explosão Demográfica, Cairo-92; Sustentabilidade Copenhague-95; Direitos da Mulher, Beijing-95; Êxodo rural e Crescimento Urbano – Istambul-96; Aquecimento Global, Kyoto-2005; Global Compact, 1999, entre outros.

Tais ações de âmbito mundial têm levado a necessidade de uma ação integrada, entre os três setores, conhecidos como primeiro setor, governo; segundo setor, empresas; e terceiro setor, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos. Independente de aceitar ou não essa divisão, o fato é que a mesma serve de parâmetro para vermos as articulações necessárias.

Essa aproximação entre os três setores tem sido denominada de intersectorialidade, como mencionado anteriormente, e tem influenciado todos os atores envolvidos no processo. São governos que buscam a sua reengenharia, são organizações sem fins lucrativos que buscam aperfeiçoar a sua gestão e são empresas que procuram se inserir no contexto de uma nova ética planetária de sustentabilidade e responsabilidade social, que devem ser traduzidas em ações concretas, como veremos em outra unidade de estudo dessa disciplina.

Um fato a ser considerado, é que paralelo a esses movimentos internacionais, a exemplo do caso Brasileiro, foram surgindo organizações e movimentos que acompanham essa dimensão global, em outros termos, é o local dando respostas às demandas globais de nosso tempo. Isso fica evidenciado quando constatamos a proliferação de organizações ligadas ao segundo setor se fortalecerem e influírem cada vez mais no campo da responsabilidade social e da sustentabilidade. Vejamos alguns exemplos:

- Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES, 1986
- Fundação para os Direitos da Criança e o Adolescente, ABRINQ, 1990
- Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida , COPE, 1993
- Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, GIFE, 1993
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 1997

- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 1998

Nota-se, a partir das datas de fundação dessas organizações, que o próprio objetivo que se propõem vai alterando, e é nítido que saímos de uma preocupação de meramente ajudar as pessoas carentes, ajuda do tipo filantropia e caridade, para uma ação mais sistematizada, porém ainda filantrópica que é a de R.S.E em seus primeiros passos, até chegar aos tempos atuais com a preocupação de um enfrentamento mais incisivo desses problemas, tanto globais como locais, que se expressa na busca pela sustentabilidade dos negócios, da vida, da governabilidade e do futuro de nossa espécie.

Segundo uma dos maiores executivos do Brasil, Antonio Maciel Neto, da Suzano Papel e Celulose, " ... a questão social deve estar no DNA da empresa. Quem não enxergar isso perderá espaço no mercado [...]" (Época Negócios, 2008, p.34)

Neste sentido, ações paliativas, como campanha do agasalho, uma palestra onde se cobra um quilo de alimento não perecível como entrada, são ações no mínimo superficiais frente à complexidade de nossa realidade, a visão tem que ser mais ampla, o compromisso mais profundo e as ações mais efetivas, pois temos um novo paradigma (referencial teórico, filosófico de mundo e de humanidade) o da sustentabilidade e da responsabilidade social, como estratégias de gestão e parâmetro de sucesso e prosperidade, que se traduz em ações no presente para garantir um futuro melhor, próspera e justo para todos. A sustentabilidade é mais do que um simples conceito, é uma postura necessária.

Logo, podemos compreender que numa primeira fase, sustentabilidade está diretamente relacionada à prevenção e conservação do meio ambiente ainda que com o desenvolvimento econômico, no final dos anos de 1990, o mesmo é ampliado e já está relacionada a outros movimentos, tais como da responsabilidade social

empresarial e ações do terceiro setor, entendendo como, **“Assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável”** (Instituto Ethos). [grifo nosso]

Posto essas considerações é possível indagar: Como realizar esse processo e buscar o equilíbrio entre, prosperidade econômica e justiça social? Pode haver alguma similitude e confluência entre ações das empresas e movimentos sociais? Será que entre as empresas, a partir do conceito de responsabilidade social e sustentabilidade é possível de fato ajudar no enfrentamento da pobreza e desigualdade social? Respostas essas não muito fáceis. Mas que temos a pretensão de minimamente sinalizar como uma possibilidade. A hipótese de trabalho é que existem possíveis confluências e conexões das ações, desde que certas questões sejam devidamente planejadas e acertadas, tanto teórica como metodologicamente,

Essa hipótese é de corrente da experiência prática como teórica de um trabalho de extensão universitária junto a uma população em risco e vulnerabilidade social, em parceria com uma organização representante das principais empresas de uma determinada região, no caso referi-me às Associações Comerciais e Empresarias (ACE's). de forma geral, e da Associação Comercial e Empresarial de Toledo (ACIC) de forma específica. Na sequência apresento os principais dados e caracterizações dessa experiência.

Associações Comerciais e Responsabilidade Social Empresarial: o caso da ACIT

Em 2004, defendi a tese de doutorado sobre o tema Empreendedorismo Social (Oliveira, 2003), como forma de testar os conhecimentos aprofundados, propus um projeto de extensão universitária realizada entre a Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, através do Projeto Casulo Sócio-Tecnológico do curso de Serviço

Social, em parceria com a ACIT – Associação Comercial e Empresarial de Toledo, e posteriormente através da Diretoria de Responsabilidade Social dessa organização.

Inicialmente, fizemos todo um trabalho de estudo para criar um sistema e uma política de gestão da responsabilidade social empresarial dessa organização, de modo a envolver as empresas associadas. (OLIVEIRA, 2007)

Essa proposta foi aceita e a direção naquele momento, permitiu mudanças estruturais significativas. Uma delas, é a criação da Diretoria de Responsabilidade Social. Outra ação realizada por sua política e sistema de gestão, foi o programa de incubadora de tecnologia social, de onde emerge uma experiência exitosa de geração de trabalho, renda e inclusão social, num primeiro momento (2004 a 2006) como sendo de Empreendedorismo Social, e num segundo momento, como sendo uma dinâmica de ECOSOL (2007 a 2012)

Esse programa de incubação teve início com um projeto, denominado de MESA – Mulheres Empreendedoras Sociais em Ação. Implantação após uma pesquisa de uma aluna de Serviço Social, onde percebeu que numa escola pública um percentual considerável das famílias dos alunos eram do tipo monoparental, ou seja, chefiadas por mulheres, e na sua maioria com baixa qualificação profissional, baixa escolaridade e condições precárias de sustentabilidade de vida.

Surge então a oportunidade de realizar um trabalho de capacitação e pesquisa para elaboração de um empreendimento que pudesse gerar trabalho e renda para um grupo inicial de 30 mulheres. Após um ano e meio de trabalho junto a esse grupo de mulheres em risco e vulnerabilidade social, foi criada a COOPERMESA, Cooperativa de Mulheres Empreendedoras Sociais em Ação.

Esse projeto envolveu tanto o poder público como a comunidade civil local, tendo como grande articulador a ACIT e conseqüentemente os empresários dessa cidade.

E isso tudo, seguindo as diretrizes de uma política e um sistema de gestão

dentro dos parâmetros da NBR 16.000, da SA 8000, dos indicadores Ethos, das metas do Milênio Global Compact da ONU, tornando a ação empresarial mais humana, efetiva e construtiva.

Essa ação mostra em larga escala a capacidade de influencia e possibilidade de desenvolvimento desta organização. Logo, este exemplo sinaliza o potencial e capacidade de impacto no enfrentamento das questões sociais de forma geral, e do enfrentamento da pobreza, pela via da geração de trabalho, renda e inclusão social, caso aja uma melhor articulação e um trabalho sistematizado destas organizações em larga escala, o que poderia viabilizar a superação dos desafios da intersectorialidade (Cf. FISCHER, 2002).

A atividade da COOPERMESA, teve a participação direta da ACIT, e acompanhamento da Univeridades através do projeto CASULO, que em 2010 se transformou em programa. Cabe ressaltar que inicialmente foi elaborado um Plano de Negócio Social, através de uma pesquisa ampla, que denominamos de "territorialização e mapeamento de oportunidades", onde após análise de um mapa inteligente do bairro onde as atividades seriam desenvolvidas, o grupo escolhe trabalhar com costura de material reciclado.

A matéria prima foi por algum tempo sendo fornecida pela empresa pública dos correios e telégrafos CORREIO, de onde eram doados malotes de tecido e camisetas usadas, que anteriormente eram incineradas. Com os malotes, que eram de lona, foram confeccionadas bolsas para eventos. As faculdades e organizações de grande porte, se constituíram nos principais clientes da COOPERMESA, com destaque à Empresa Federal, Itaipu, empresa de energia elétrica, que em várias ocasiões encomendou bolsas para eventos sobre meio ambiente e sustentabilidade.

Inicialmente as atividades foram sendo realizadas nas casas das cooperadas. Conforme cresce a demanda, foi necessário um lugar mais adequado. É solicitado ao poder público o uso de um espaço que estava abandonado. O que foi concedido em

comodata por 30 anos, além da reforma básica e adequação das instalações. Esse movimento foi muito interessante, pois uniu as cooperadas, os moradores do bairro, a ACIT, a Prefeitura e outros empresários vinculados a redes empresariais, inclusive empresários liberais, como foi o caso de um engenheiro e um arquiteto, que fizeram o projeto arquitetônico gratuitamente para colaborar com o projeto.

A ACIT desde os primeiros passos, auxiliou em várias frentes. Cedeu um estagiário do curso de administração com uma bolsa, para Auxiliar fazendo estudo e apoio técnico. Inclusive diretores da ACIT auxiliaram os trabalhos com indicações de possíveis métodos, baseados na experiência empírica, além de manifestarem apoio técnico consultivo.

Mas em um dado momento, tanto a Prefeitura, como a ACIT, se afastaram, deixando as cooperadas da COOPERMESA andarem com as "próprias pernas", como diziam os seus respectivos representantes. No entanto, a partir de 2010, iniciou-se um processo de esvaziamento do quadro de cooperadas. Dificultando ao grupo fechar e se comprometer com grandes pedidos. Com isso, iniciou-se um processo de fechamento, que culminou em 2012 com o encerramento das atividades, não por problemas financeiros, como é muito comum nas cooperativas, nem por falta de demanda ou clientes, nem por falta de equipamentos ou espaço, mas por falta de pessoas cooperadas para trabalhar, ou seja, de capital humano.

Esse fenômeno, fez com que realizasse um estudo, sobre o "por que empreendimentos de economia solidária fracassam" (OLIVEIRA, 2012), onde foi possível constatar que a questão do retorno financeiro, que oscilava muito, a exigência do comprometimento e empenho para o trabalho, a baixa compreensão teórica do trabalho associado e cooperativo, a falta de conhecimento técnico de gestão, e falta de maior apoio do poder público, foram algumas das causas de seu fechamento.

Ainda antes da decisão de fechar, tentamos criar outra equipe para assumir a cooperativa, mas as cooperadas que ficaram, três de quase 30, já estavam desgastadas,

fisicamente e mentalmente, e não quiseram dar continuidade ao processo, bem como, as outras pessoas para as quais foi dada a possibilidade de assumirem, também não tiveram desejo de dar continuidade. O programa CASULO, após essa experiência, reformulou a metodologia de incubação iniciando em 2012 uma nova turma em parceria com a Prefeitura Municipal de Toledo, através das Secretarias da Mulher e da Assistência Social, que também enfrentou sérios problemas para o seu desenvolvimento, o que possibilita matéria para outro artigo e não cabe nesse momento aprofundar.

No entanto é importante salientar que desde 2010, a direção da ACIT, não quis dar continuidade à parceria com o programa CASULO, e nem apoiar a incubadora. A prefeitura municipal, ao receber da COOPERMESA o espaço que havia cedido em 2008, nada fez para alterar a situação e a nova gestão, posteriormente cedeu esse mesmo espaço para um Clube de Motoqueiros, mostrando outro nível de prioridade no tocante à geração de trabalho e renda.

Outro ponto a ressaltar, é de que no auge das atividades da COOPERMESA, principalmente em sua segunda fase de 2007 a 2012, a direção e demais cooperadas, participaram do Fórum Regional de Economia Solidária, e de várias atividades para compartilhar sua experiência que por um tempo foi referência na região Oeste do Paraná, ganhando notoriedade, tanto a nível local como nacional.

Como coordenador dessa atividade, encaminhei em 2007 esse projeto para participar do Prêmio Ethos/Valor de Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade, na época em sua sétima edição. Era, um Concurso Nacional, promovido pelo Instituto Ethos e o Jornal Valor Econômico, fomos vencedores em duas modalidades, entre os três finalistas na categoria projetos de extensão e dos Três, o melhor projeto nacional na edição de 2007 desse Prêmio.

A presidente da COOPERMESA, recebeu o Prêmio Nacional Mulher Empreendedora do SEBRAE em segundo lugar em 2010, mas mesmo assim, encerrou

as atividades. Nota-se com esse relato, que há inúmeras questões para serem aprofundadas. Na sequência apresento os resultados de uma pesquisa realizada com uma mostra das ACE's do Oeste do Paraná, que reforçam dados exemplares e indicativos dos limites e possibilidades dessas organizações, tendo esse estudo de caso como referência prática.

Originalmente esse estudo partiu como já sinalizado, da experiência de mais de quatro anos junto à ACIT. Inicialmente o propósito dessa pesquisa de âmbito estadual, junto a todas as Associações Comerciais (ACE's) que estão ligadas a uma organização maior a FACIAP- Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná, para reuplicar o exemplo do trabalho da ACIT, porém, decorrente de uma série de contra-tempos, o projeto inicial sofreu algumas alterações, a saber:

- a) A abrangência passou de Estadual para Regional, ou seja, ao invés de investigar e envolver as mais de 244 Associações Comerciais Empresariais (ACE's), optamos por fazer uma abordagem com as ACEs da região Oeste do Paraná, sob a coordenação da CACIOPAR – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresarias do Oeste do Paraná;
- b) Das 46 ACE's que compõem a região Oeste do Paraná, 38 participaram da pesquisa e de uma oficina, o que corresponde a uma mostra de cerca de 82%, dando um respaldo e credibilidade aos resultados de forma significativa;
- c) A metodologia em si, apenas sofreu alteração quanto a sua abrangência, limitando-se à questão regional, mas garantindo as demais especificidades da proposta inicial;
- d) Considerando a uniformidade desse tipo de organização, os dados podem ser considerados referenciais até para uma análise mais ampla.

A forma de reaplicação da experiência seria através de um Fórum Regional de R.E.S. realizado em 2008, na cidade de Toledo, e posteriormente seria implantada das Associações Comerciais (AC's) da abrangência da CACIOPAR, que tivessem interesse na experiência, fato esse que não aconteceu, por não ter ocorrido nenhuma manifestação por parte das referidas organizações. Logo, a pesquisa, bem como a experiência no Fórum, tiveram duplo sentido e efeito. Primeiro, de fazer um levantamento que permitiu traçar um perfil organizacional, não só sobre a responsabilidade social, mas também e principalmente da caracterização e formatação destas organizações e suas estratégias de sustentabilidade.

Um segundo ponto, é a constatação na pesquisa bibliográfica e documental da inexistência absoluta de estudos sistematizados destas organizações, que se mostram com uma capacidade capilar fantástica de articulação social, econômica, ambiental e política, e que trata-se de um desafio fazer essa construção, de modo a contribuir também para a presente reflexão.

A seguir, apresento os principais resultados da pesquisa a na sequência uma análise, que envolve as diferenças conceituais, o contexto e os desafios da gestão de negócios, e da experiência prática da ACIT da COOPERMESA e do programa CASULO.

Principais resultados e desdobramentos da pesquisa sobre ACs da Região Oeste do Paraná.

A primeira constatação ao fazer um levantamento bibliográfico sobre o tema Associações Comerciais no Brasil é a da inexistência absoluta de qualquer trabalho disponível sobre esse tipo de organização. É de se espantar, pois segundo dados da Associação Comercial da Bahia, em Salvador, (cf. <http://www.acbahia.com.br>) que é a primeira do Brasil, fundada em 15 de julho de 1811, em pleno Regime Imperial, não exista nenhum trabalho sistematizado sobre estas organizações.

Segundo dados da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (<http://www.cacb.org.br>), em 1811, enquanto a Bahia ainda se reerguia da crise gerada pela saída da capital da Colônia para o Rio de Janeiro, 48 anos antes, o Governador desta Capitania, D. Marcos de Noronha e Barro, oitavo Conde dos Arcos, recebia a autorização para construir a sede da Praça do Comércio e em 1816 a entregava pronta para o povo bairino.

Nasceu assim a Associação Comercial da Bahia. Em 1912, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Barão de Ibirocahy, reuniu em sua cidade os presidentes das Associações dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe. Nascia assim a Federação das Associações Comerciais do Brasil que, em 1963, passou a se chamar Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

Atualmente, agrega cerca de 2.038 Associações somando a participação de mais de dois milhões de empresários nos principais municípios do país. Na sequência, apresento algumas características fundamentais dessas organizações.

Principais características das Associações Comerciais e Empresarias do Brasil

Antes de iniciar a apresentação das principais características das ACE's, um primeiro ponto a ser ressaltado será a formatação em rede sistêmica em que se organizam as Associações Comerciais no Brasil. Existe uma formatação em nível: Nacional, Estadual, Regional e Local. O esquema gráfico abaixo ilustra essa formação, tomando como exemplo o Estado do Paraná. Os dados são de 2008 e foram extraídos dos sites das respectivas organizações.

A nível Nacional apresento a CACB Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, formada por 2.038 associações.

A nível Estadual no caso do Paraná apresento a FACIAP- Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná, com 247 Associações. A nível Regional apresento a CACIOPAR, Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, com 46 Associações e a ACIT, Associação Comercial, Empresarial e Industrial de Toledo, com 1.080 empresas.

É possível perceber no exemplo acima, se ampliado esse processo como uma rede, teremos uma fantástica segmentação de ações associativas em nosso país. As mesmas têm um padrão de funcionamento, e até de visualização. Como destacarei, trata-se de uma rede de organizações sem fins lucrativos altamente desenvolvidos e com poder de influencia local e nacional consideráveis.

Pois as empresas, em sua grande maioria, são empresas já consolidadas e com fortes interesses no funcionamento e dinâmica do mercado e da sociedade como um todo. Nesse estudo, darei ênfase à situação do Estado do Paraná de forma geral e de forma específica a das Associações do Oeste do Paraná agregadas, como mostra a figura gráfica, na CACIOPAR – Coordenadoria Regional das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, e a um estudo mais detalhado da ACIT, Associação Comercial e Empresarial de Toledo.

Com isso espero ter uma visão discricionária exemplar do funcionamento Nacional, pois as mesmas seguem um padrão. Logo, o estudo de caso das ACE's da Região Oeste, é representativo. Bem como detalhamento da ACIT é referencial. Vejamos a seguir quais são essas características extraídas da pesquisa bibliográfica sobre o assunto, em sua maioria nos sites da Confederação Nacional e Estadual:

- a) São organizações do terceiro setor;
- b) Agregam empresários e empresas consolidadas e influentes nos rumos da Sociedade Local, Regional, Estadual e Nacional. Segundo dados da CACB, são

- mais de 2.000 ACE's e cerca de 25.000 empresários. Portanto, presentes em mais da metade dos municípios do Brasil;
- c) É uma organização civil. Apartidária, mas com poder político de influir e decidir rumos, a primeira ACE's data de 1.800 quando do Regime Imperial em Salvador;
 - d) Uma rede capitular com poder de intervenção com vistas ao desenvolvimento sustentável, e a prestação de serviços diversos, tanto a comunidades quanto aos seus associados;
 - e) Juridicamente as ACE's são consideradas como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, são associações que se caracterizam pelo fato das pessoas, ao se congregarem, colocarem, em comum, serviços, atividades e conhecimentos em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, não econômico ou econômico, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos, tipicamente, uma organização do chamado terceiro setor;
 - f) A forma de sustentabilidade é gerada a partir de contribuições mensais dos associados, em sua grande parte empresas tanto do comércio, como da indústria e de serviços, e de serviços prestados, tanto aos associados, como a comunidade local;
 - g) Outras atividades são estratégicas para captação de recursos, entre elas: a) promoção de eventos, promoção de feiras e exposições, campanhas comerciais, gincanas e parcerias com órgãos como Sebrae e Secretarias de Estado e das Prefeituras Municipais, além de prestar serviços como de proteção ao Crédito, arbitragem, estágio, treinamentos, etc.;
 - h) Também são realizadas ações sociais de diversos tipos, e do fomento às ações comunitárias a partir de parcerias com Universidades e outras organizações do terceiro setor, como ONG's, Associações, etc.

- i) Em termos políticos, são capazes de influenciar nos processos decisórios, tanto em nível Municipal como Regional, pois os associados são empresas e empresários com solidez comercial e política.

As ACE's do Paraná e da Região Oeste

A FACIAP (2007), Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Paraná, fundada em 1959, com sede na Capital, Curitiba, segundo dados de junho/2008, representa 247 Associações Comerciais e um universo de mais de 40 mil empresas em todo o Estado. É considerada como uma das maiores e bem organizadas Federações do Sistema no Brasil, com atuação em 70% dos municípios paranaenses, ou seja, dos 399 municípios, 247 tem uma ACE's.

As Associações Comerciais estão presentes nas principais cidades, que representam juntas 95% do Produto Interno Bruto (PIB), do Paraná.

Como entidade representativa do empresariado, tem sido porta-voz de seus anseios junto aos Governos Municipal, Estadual e Federal, além de entidades privadas que interferem na ação das empresas.

Está organizada em rede a partir da representação regional através de 11 coordenadorias, a saber:

1. **CACIASPAR**- Coordenadoria das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas da Região Sudeste do Paraná, com sede em Curitiba/PR;
2. **CACINP**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Norte do Paraná, com sede em Porecatu/PR;
3. **CACICOPAR**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Centro Oeste do Paraná, com sede em Guarapuava/PR;

4. **CACINPAR**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Noroeste do Paraná, com sede em Paranaíba/PR;
5. **CACICPAR**- Coordenadoria das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Centro do Paraná, com sede em Ponta Grossa/PR;
6. **CACIOPAR**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná, Cascavel/PR;
7. **CACIER**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais de Entre Rios, Umuarama/PR;
8. **CACINOR**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Norte e Noroeste do Paraná, Maringá/PR.
9. **CACIRCAM**- Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais da Região de Campo Mourão, Campo Mourão/PR;
10. **CACESUL** – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro Sul do Paraná, sede em Irati-PR;
11. **CACISPAR** – Coordenadoria das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Sudoeste do Paraná, sede em Francisco Beltrão-PR.

É possível constatar que as sedes das coordenadorias estão nas principais cidades, consideradas pólos comerciais, industriais e agrícolas, mostrando a centralidade quanto a influência efetiva dos rumos das questões regionais, que são balizadas pelas ACE's locais.

Cada ACE's local segue em grande medida os mesmos padrões organizativos das demais, tendo como variável as realidades locais de cada uma e sua capacidade de organização e articulação política e institucional. São inúmeras as faces que podem ser estudadas destas organizações, mas como já delimitado o objeto de estudo é a questão da responsabilidade social, onde procurei levantar dados que pudessem dar

visibilidade à noção e ações que estão sendo feitas na área por essas organizações, como passarei a apresentar a seguir.

A Responsabilidade Social e as ACE's: o caso da Região Oeste do Paraná

Como já sinalizado anteriormente, os dados a seguir apresentados, são resultantes de dois momentos. O primeiro, da aplicação de um questionário estruturado, composto de 59 questões divididas em quatro categorias: a) identificação e perfil da ACE's, b) percepção sobre a gestão interna e externa da R.S.E das ACE's, c) investimento no desenvolvimento de uma política de R.S.E, d) sobre a importância e interesse em desenvolver uma política de R.S.E na ACE.

Considerando o universo de 46 ACE's da Região Oeste, responderam o questionário 38, o que representa uma amostra de 82%, o que permitiu ter um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. Considerando que existe um padrão entre a formatação das ACE's em todo o território nacional, os dados a seguir apresentam um nível confiável de informação qualitativa sobre o assunto se configurando como um ponto referencial analítico.

Num segundo momento, foi realizado um Fórum para apresentação da pesquisa, apresentação do caso da ACIT e uma proposta para implementação em outras ACE's, e na sequência um exercício de formulação de um plano preliminar de ação. A proposta era que ao final de cinco meses, as ACE's estariam aplicando esse conhecimento, apresentando em um segundo Fórum, e com isso completar um ciclo de aprendizado.

Antes de marcar o referido evento para apresentação dos exemplos, foi realizado um levantamento entre os participantes, deste levantamento obtive uma série de dados que permitiram uma reflexão sobre os limites e possibilidades do desenvolvimento da R.S.E através das ACE's, a exemplo destas organizações no Oeste do Paraná. A seguir apresentamos os dados mais relevantes da pesquisa.

a) Identificação e perfil das ACE's.

Uma primeira apreensão a ser registrada foi a localidade das ACE's, com 50% se constatou uma concentração em municípios de 10 mil a 50.00 habitantes, como se pode ver na tabela 01, seguido de municípios com menos de 10 mil habitantes. O que sinaliza a concentração e ação destas organizações em municípios de médio porte, mas referenciais na região quanto ao seu desenvolvimento.

Tabela : 01- Municípios onde estão as ACE's

| | Classe | FREQ. | % |
|-------|-------------------|-------|-----|
| 1 | - 10.000 | 14 | 37 |
| 2 | 10.001 – 50.000 | 19 | 50 |
| 3 | 51.000 – 100.000 | | |
| 4 | 101.000 – 150.000 | 1 | 2,6 |
| 5 | 151.000 – 200.000 | | |
| 6 | 201.000 – 250.000 | | |
| 7 | 251.000 – 300.000 | 1 | 2,6 |
| 8 | 301.000 – 350.000 | 1 | 2,6 |
| 9 | 351.000 – 400.000 | | |
| 10 | 401.000 – 450.00 | | |
| 11 | + 500.000 | | |
| Total | | 36 | |
| n/r | | 02 | 5,2 |
| TG | | 38 | 100 |

Fonte : Pesquisa realizada junto às ACE's Região Oeste entre dezembro/2007 a janeiro de 2008

Quanto ao tempo de existência das ACE's verifiquei que há uma concentração de organizações maduras, onde 28,95% têm entre 21 a 25 anos, seguidos de 18,42% que têm 31 a 40 anos e de 26 a 30 anos com 15,79%, e de 11 a 15 anos com 13,16%, mostrando a maturidade destas organizações e sua influência quanto aos rumos do

desenvolvimento destes municípios, que grande parte deles foram emancipados e constituídos ao longo dos anos 50 a 70, o que culmina com os períodos de fundação das mesmas.

Chama a atenção, neste item, em que 31,58% foram fundadas na década de 1980, mas um percentual próximo indica que o surgimento das mesmas está diretamente relacionado aos processos de desenvolvimento econômico, bem como, no processo de crise, tal qual a ocorrido na década de 1980, também denominada de década perdida.

Além disso, foi possível perceber que a década de 1990 mantém um quadro menor de criação dessas organizações, ficando com 21,05% nesse momento. Caracterizado como um processo de necessidade de organização da classe empresarial, principalmente em situações de baixa da economia. O que se percebe ao constatar o baixo índice de criação após a década de 1990, ficando com 2,63 para o início desta década.

Quanto ao número de associados, foi constatado que 52,63% apresentam um quantitativo de 101 a 200 associados, e que um percentual menor de ACE's que tem mais de 1000, 5,26%, o que caracteriza os limites, principalmente de arrecadação das ACE's, pois dependem de seus associados para se manterem. A arrecadação pode influenciar no tocante ao desenvolvimento das atividades a serem realizadas, principalmente no campo social.

É importante mencionar que nenhuma ACE's cobra mais de R\$ 50,00, o que apresenta um padrão básico, também chama a atenção a predominância de valores da ordem de R\$ 21,00 a R\$ 40,00, ao somar essas frequências teremos um total de 76% das ACE's arrecadando nesse padrão.

Os dados resultantes da pesquisa também determinam que as ACE's são organizacionalmente enxutas, trabalham em sua maioria 71,05% com uma equipe formada de 1 a 5 funcionários, e somente 2,36% delas com mais de 30 funcionários.

Esta característica está diretamente relacionada ao aporte de cobrança, e consequentemente de receita que é captado pelas ACE's, quanto maior o volume de associados, maior a condição de ter um quadro técnico ampliado.

A formação e composição das diretorias executivas chama a atenção. Onde 57,90% têm entre 6 a 15 integrantes, seguido de 16 a 20 representando 21,05% e de 21 a 25 com 5,36%, um quadro considerando até grande para o porte das organizações e o quantitativo de funcionários. Outra característica intrigante é a predominância do sexo masculino no quadro da diretoria executiva, onde 39,47% masculino e 3 a 5 com 36,84% feminino, o que aponta um quadro reduzido do sexo feminino, fato que vem ainda de forma tímida sendo alterando tendo em alguns casos, mulheres em posição até da presidência, como é o caso de Toledo - ACIT e Medianeira, que tiveram mulheres nesses cargos em suas últimas gestões a partir de 2000.

b) Percepção sobre a gestão interna e externa da responsabilidade social empresarial das ACE's.

São analisados os dados referentes às ações externas, que compõem ações selecionadas e que se referem à comunidade, associados, etc. As ações internas está relacionadas ao cuidado e gestão com os colaboradores, como a seguir apresento.

Sobre a importância da Responsabilidade Social Empresarial (R.S.E) para ser desenvolvida pela ACE, nota-se que há um percentual elevado de consideração entre ser importante e muito importante, somados representam a opinião de 92,10%, ficando com uma opinião entre sem importância e pouco importante com 7,89%.

No entanto, quando se verifica as ações e o grau de intervenção da ACE, os indicadores apresentam-se, entre a grande maioria, no nível médio para as áreas de: comunidade, bem-estar, comunicação funcionários, retorno associados e sinergia e

parcerias, sendo o nível baixo apontado somente para a área de meio ambiente. entre médio e baixo.

No tocante às ações internas, nota-se um percentual mediano quanto ao investimento que é feito para se criar um ambiente agradável de se trabalhar nas ACE's, onde 44,74% considera médio o nível de investimento de um ambiente agradável de trabalho, todavia ressalta-se um percentual elevado quanto a nenhuma ação sendo desenvolvida esse campo. O que denota uma ação interna abaixo ainda das ações externas.

Tal constatação pode ser observado em dois elementos que foram perguntados, um sobre os salários serem compatíveis com o mercado, onde mais de 80% afirma estar integralmente e parcialmente dentro dos parâmetros do mercado, sendo que em outro item o de compatibilidade da carga horária encontra-se um índice mais elevado, chegando a 71,55% como sendo integralmente copatível com a realidade de mercado.

O fator relacionado com a questão contratação de portadores de deficiência, também chama a atenção. Pois trata-se de uma questão legal, necessariamente não para as ACE's, mas para grande parte dos empresários, constata-se que neste item existe um índice elevado de não contratação, onde 97,38% não tem nenhum portador de deficiência, fato este necessário até para se dar o exemplo relativo a uma postura de ação afirmativa e de responsabilidade social, fato que deve ser urgentemente corrigido para que haja coerência quanto ao nível de importância a ser dada para essa área.

Da mesma forma percebeu-se um grau elevado de ACE's que não fazem os seus balanços sociais, pois 44,74% não elabora, 13,16% desconhece e só 31,58% diz fazer o balanço social, no entanto esses que fazem essa afirmação, na sequência das questões, principalmente quanto às ações de responsabilidade social, devem ter confundido com

o balanço financeiro, pois uma grande maioria não tem uma política e sistema de gestão logo, também não emite o balanço social pois o que será registrado ?

Por outro lado, nota-se que há um grande incentivo em ações de voluntariado, mais de 50% liberam os funcionários para realizar ações voluntárias. Assim como liberdade sindical, onde mais de 60% afirma ter liberdade sindical e de igual forma, têm um canal direto com a direção da ACE's demonstrando abertura e clima de democracia no ambiente interno.

No entanto, percebe-se uma lacuna quanto à existência de um plano de carreira, onde 78,95% diz não ter e somente 7,89% tem esta política junto aos colaboradores.

c) Investimento no desenvolvimento de uma política de Responsabilidade Social Empresarial.

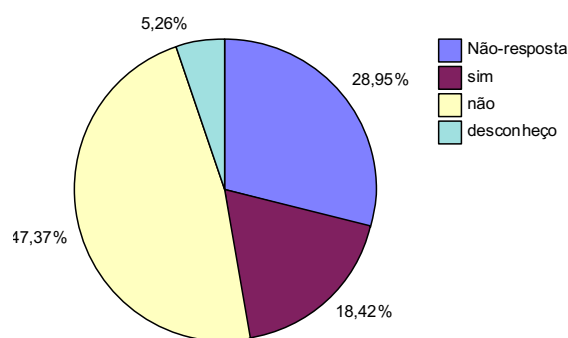
Uma primeira questão sobre esta categoria é a existência de apoio a algum projeto social, 52,63% diz não apoiar e só 23,68% está apoiando algum projeto. E dentre esses que estão sendo apoiados, destacam-se as seguintes ações: Festa Junina Solidária, Campanha de Combate à Dengue, o Dia da Bondade, todos os desenvolvidos com e na comunidade, escola profissional, projeto contra a pirataria, parceiros da prefeitura, APAE, Coopermesa, PID - Programa de Inclusão Digital.

Nota-se certa confusão quanto a algumas atividades que não são projetos sociais, como exemplo, "projeto contra a pirataria", e as demais, exceto a Coopermesa, todas são caritativas e filantrópicas. Ações essas que contrariam aos preceitos da responsabilidade social.

Ainda sobre este aspecto as demais questões desta parte ficaram sem respostas, pois a grande maioria não tem um projeto de responsabilidade social, e

consequentemente não têm uma política de R.S.E, como se pode ver no gráfico 01, onde 47,37% não têm, 5,26% desconhece e 26,96% não respondeu, e só 18,42% dizem ter uma política de R.S.E., o que demonstra que não há um conceito e uma prática equivocada sobre responsabilidade social.

Gráfico 01: Possui Política de R.S.E
Distribuição em setores de 'possui Polica de RSE'



Fonte : Pesquisa realizada junto às ACE's região Oeste, entre dezembro/2007 a janeiro de 2008

Às ACE's que responderam ter uma política de R.S.E, foi perguntado qual era o foco de atuação, destacando-se a educação como área principal dessas ações.

O valor investido nessas ações, fica entre 5,26% 1 a 4 salários mínimos para 5,26% e 13 a 18 salários mínimos para 5,26%, muito próximo de dados a nível nacional

onde o investimento de mais de 50% fica entre 1 a 5 salários mínimos (Cf. www.ipea.goc.br)

Finalizando esta parte, foi perguntado às ACE's se teriam interesse em desenvolver uma política de responsabilidade social empresarial, ao que 71,06% não responderam e 21,05% afirmaram que sim e 7,89% disseram ter interesse. Houve ainda um percentual elevado de não resposta, o que contradiz o percentual elevado de importância, ou seja, disseram ser importante, no entanto não ocorre o mesmo para se investir, sem dúvida aqui está um paradoxo a ser trabalhado.

d) Sobre a importância e interesse em desenvolver uma Política de Responsabilidade Social Empresarial na ACE's.

O questionário foi distribuído antes da realização do evento abaixo, nesse sentido nesta última categoria foi perguntado a disposição e interesse em participar do evento, Fórum em fevereiro de 2008, bem como sondar se as ACE's devem ter ou não uma política de R.S.E., observa-se que 81,58% afirmaram ser importante, 7,89% foram indiferentes e 10,53% não responderam.

Sendo que o nível de importância, foi considerado por 44,74% como sendo importante, 36,84% sem importância e 18,42% não responderam. Tendo como sugestão de foco de R.S.E para as ACE's os seguintes e mais indicados focos: a) redução do desemprego, com 71,05%; b) educação, 60,53% e c) cultura com 31,58%, seguido de outras áreas com menor percentual.

Por fim, perguntamos se as ACE's estariam dispostas a participar do Fórum sobre política de R.S.E, no que 73,66% afirmaram que sim, 10,53% não e 15,79% não responderam, denotando uma disposição em participar e aprimorar esse conhecimento de uma grande parcela das organizações.

e) Análise do desenvolvimento das ações pós-Fórum de Responsabilidade Social.

Após a realização da pesquisa, foi realizado um Fórum de Responsabilidade Social da Região Oeste do Paraná, em fevereiro de 2008 com a participação de cerca de 28 ACE's que haviam participado da pesquisa anterior. A proposta inicial era de que após o evento e apresentação do conceito de um modelo estratégico de gestão experimentado pela ACIT deveria ser ao longo de cinco meses, implementado nas ACE's participantes, e apresentado em um segundo Fórum a experiência de cada uma, e na Conferência Estadual que ocorreria em Setembro de 2008, seriam apresentados os resultados desse experimento.

No entanto chegando próximo da data de realização do segundo fórum, fizemos um levantamento, junto aos participantes do workshop, onde procuramos analisar: a) se foi desenvolvido alguma atividade, b) se sim, qual atividade foi desenvolvida, c) se foi utilizado o manual/material entregue no workshop, d) se não qual a razão e e) pretende continuar e f) se poderia apresentar a sua experiência.

Das 28 ACE's que participaram somente 13 deram retorno quanto ao levantamento prévio. Desses 13, destacamos os seguintes pontos de maior relevância:

- Somente cinco fizeram alguma atividade, dessas, destaca-se as atividades nominadas: visita à casa do vovô, passeio ciclístico, projeto informática e curso para empresários, fórum de R.S.E., planejamento para 2009;
- Sobre a utilização do manual com a experiência da ACIT, nove disseram que sim, e 3 não utilizaram o manual;
- As demais questões ficaram fragmentadas e algumas sem sentido, pois não poderiam apresentar por razões de agenda, e/ou por não se disponibilizarem a dar informações mais completas e detalhadas.

O que se pode apreender deste levantamento é que na verdade não houve a aplicação dos conhecimentos, pouco retorno de informação do que foi ou não foi realizado no tempo determinado, o que indica a não disposição de dizer o que foi proposto. Além de ainda ficar nítida a confusão quanto ao conceito e prática de responsabilidade social, misturando ações como ciclismo e visita a asilos como ações de responsabilidade social.

Outras ações, tais como cursos e fóruns são importantes, mas não suficientes, visto que o fazer no campo empresarial é uma marca, ficar discutindo muito sem agir pode levar a uma distorção ainda maior, é preciso verificar a disposição de se querer realmente fazer a coisa certa. Infelizmente, decorrente a esse baixo retorno e de certo desinteresse, não foi realizado o segundo Fórum. Ficando aqui esses dados para servirem de alerta para o necessário aprofundamento do conceito e da prática de responsabilidade social empresarial através das ACE's.

Limites, possibilidades e possíveis conexões das ações das AC's junto à Responsabilidade Social Empresarial.

A hipótese com que trabalhos, é de que as ACE's, são organizações com grande potencial para a disseminação do conceito e da prática da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Com a experiência e resultados práticos da parceria entre a Unioeste, curso de Serviço Social com a ACIT, na cidade de Toledo-PR, a confirmação dessa hipótese ficou mais próxima.

E com essa percepção foi realizado a pesquisa aqui apresentada, tentando conciliar conhecimento, como de compartilhar o aprendizado, prático e teórico com as demais ACE's, no campo a partir do evento Fórum de Responsabilidade Social, organizado pela ACIT, FACIAP e CACIOPAR na cidade de Toledo em 2008 no Hotel Olinda.

A partir dos dados empíricos, bem como, das ações práticas aqui apontadas, e aproximação com a realidade dessas organizações, é possível afirmar que em parte a hipótese de trabalho foi confirmada. Em parte, pois existem limites bastante evidentes quanto à capacidade dessas organizações atuarem como agências de disseminação do conceito e da prática da R.S.E visando o desenvolvimento sustentável. Logo, é possível destacar elementos que sejam potenciais, possíveis e elementos limitadores de as ACE's assumirem esse papel. Vejamos mais detalhadamente esses principais resultados:

a) Possibilidades:

- a. São organizações que estão distribuídas estrategicamente em vários pontos do Brasil;
- b. Seguem um padrão de estrutura, serviços e ações;
- c. Constituem-se em uma rede organizacional do interesse dos principais empresários e de suas respectivas cidades e regiões;
- d. Têm um poder político, econômico e social consideráveis, a ponto de influir nos rumos de suas realidades locais;
- e. Estão próximas dos principais pontos problemáticos da sociedade;
- f. Realizam inúmeras ações no campo social, ambiental e econômico.

b) Limites:

- a. No tocante ao conceito e prática da R.S.E existe uma deformação, pois muitas ações são tidas como de responsabilidade social, mas não passam de ações paliativas, caritativas e assistenciais;
- b. Poucas investem em ações de médio e longo prazo e com impacto social mais significativo;

- c. Há uma resistência quanto a sistematizar essas ações através de uma política e um sistema de gestão, ficando com ações pontuais e episódicas;
- d. Essas ações pouco agregam valor às ações das ACE's e principalmente pouco funcionam como estratégia de gestão e diferencial competitivo das suas respectivas empresas associadas;
- e. Há uma disparidade quanto às ações internas e externas, sendo que as externas ganham prioridade, mas não consistência;
- f. Apesar de serem constituídas como uma rede de organizações, e seguirem certos padrões, no tocante a responsabilidade social, não há um padrão de política e sistema de gestão, deixando em aberto e sem um padrão de qualidade, as ações nessa área, o que poderia ser melhor potencializado.

c) Ambivalências

O termo ambivalência aponta para o entendimento de dois sentidos diferentes, e até mesmo opostos. Como procurei mostrar, os termos ECOSOL, EMPS e R.S.E, podem apresentar em comum a intervenção no campo social, e até a questão do enfrentamento das questões sociais como em certo ponto sendo comuns. Mas fica nítido que as concepções são diferentes.

Primeiro que na ECOSOL a questão é ideológica no sentido de se contrapor a lógica Capitalistas, o que não se encontra nos demais, e ao Contrário, na R.S.E, apesar de se buscar formas mais sustentáveis, o fato é que se busca também o desenvolvimento da lógica capitalista de acumulação o que em termos gerais procura será atenuado na perspectiva do EMPS em procurar apresentar práticas mais justas mas não necessariamente e totalmente contrárias ao processo de competição, valorizando a inovação e o crescimento pela via do espírito empreendedor, mesmo que com ênfase no social.

Segundo, é possível como isso, ver que são três caminhos diferentes (ambivalentes), a ECOSOL contra o capitalismo, a R.S.E. a favor do capitalismo mas com sustentabilidade e o EMPS da inovação social como forma de humanizar e criar justiça nos processo de fazer negócios sustentáveis e justos.

Os limites da ECOSOL são claros, criar empreendimentos que sejam contrários à lógica capitalista sendo que para sua sustentabilidade precisa estar inserida no contexto do sistema capitalista, e, portanto, de forte dinâmica concorrencial e competitiva, e assim, ficando mais no discurso do que numa prática efetiva de supostamente superar o capitalismo.

Os limites da R.S.E, para não abrir mão do processo de competição e acumulação, mesmo com sustentabilidade, gera mais ilusão do que de fato ações concretas, que acabam por ficar na prática, mais em atuações paliativas e caritativas do que de reformulação da intervenção social e sua relação de negócios sustentáveis.

Os limites do EMPS estão na fragilização da interação com o terceiro setor e sua falta de definição quanto à sua efetiva ação, que ora substitui as funções do Estado e ora gera ações paliativas, com poucos impactos no tocante a emancipação dos sujeitos.

Nos três, fica claro que a ambivalência, está em termos ideológicos, mas também práticos, onde o principal elemento é o fator humano e sua concepção de mundo e visão de futuro quanto à sociedade que queremos.

Em ambos, nota-se que todos os agentes envolvidos forçam para que suas concepções sejam absorvidas pelos grupos que são alvo de suas ações. Essas pessoas, principalmente as que estão em risco e vulnerabilidade social, querem antes de tudo sobreviver, a despeito de quem e o que se propõem fazer.

Logo, também, e não somente as abordagens estudadas, as pessoas, a população alvo dessas ações, são atores que influenciam no processo e que devem ser

consideradas, não como meros elementos mas os principais atores do processo, o que em muitos momentos não é considerado.

d) Conexões possíveis:

A despeito das ambivalências apontadas, é possível perceber que na prática as ações estão se encontrando, e como diz uma Poeta da Unioeste, a Profa. Edi Brau do curso de Filosofia, " Já que os pés pisam o mesmo chão, juntemos as cabeças", ou seja, na experiência do CASULO é nítido que em muitos momentos as abordagens e atores estão juntos, vivem nos mesmos espaços, e têm lutas e inimigos comuns (a pobreza, a insustentabilidade, a desigualdade, etc) e compartilham, como foi o caso da criação da COOPERMESA, dos mesmos recursos, fontes de captação de recursos e parcerias.

E salvo melhor compreensão, e mesmo que sejam por entendimentos diferentes, todas as abordagens e seus respectivos atores, emergem resultantes das crises societárias de nosso tempo.

Logo, as conexões possíveis estão na possibilidade e por que não afirmar, necessidades de dialogar e agir juntos em prol do bem comum, deixar ideologias de lado e trabalhar compartilhando saberes, recursos e esforços para alcançar o que no fundo todos queremos, uma sociedade justa e sustentável.

Em termos conceituais e ações práticas a minha sugestão é de que se entenda que é possível uma ação de integração híbrida e sistêmica que envolve a R.S.E, o EMPS e a ECOSOL, como mostro na figura 0, incluindo nesse circuito, a questão da Tecnologia Social, que apesar de não ter sido tratada, entra no processo como consequências das ações do empreendedorismo social como fator de motivação da inovação, que resulta e materializa em novas tecnologia sociais.

Outro aspecto que foi possível aprofundar no presente trabalho, é o da possibilidade de identificar uma mudança nas ações e configurações no Empreendedorismo Social. Tenho feito a distinção de Empreendedorismo Social de

primeira geração (ES1) e Empreendedorismos Social de segunda geração (ES2). No primeiro, como sinalizei o objetivo era gerar um processo de inovação na área social, salientando a lógica de mercado, aplicada no campo da gestão social.

Agora pode ser observar o inverso, pois surgem empreendimentos com fins lucrativos, mas com causas e metas sócias, ou seja, a lógica social aplicada ao mercado (ES2). Nesse ponto, existe então uma possível conexão, mesmo tendo ambivalências ideológicas e políticas entre R.S.E, EMPS e ECOSOL como procuro mostrar na figura 01.

Finalizando, é possível fazer algumas sugestões, que são factíveis e poderão potencializar essas organizações com a finalidade de melhor alcançar um nível e padrão de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável desejável e necessário ao nosso país. Seriam essas as seguintes sugestões:

- A partir da Confederação Nacional das ACE's, criar um programa de capacitação das ACE's de todo o Brasil através de suas Federações Estaduais e suas respectivas Coordenadorias Regionais;
- A capacitação seria um momento para alinhar o conceito e práticas de responsabilidade social para o desenvolvimento sustentável, e também para criar uma política e um sistema de gestão nacional, que seja flexível às realidades e demandas estaduais e regionais;
- Com essa política e sistema, garantir mecanismos de controle da qualidade dessas ações e de suas visibilidades, o que poderia ser feito através de fóruns, revistas, relatórios de sustentabilidade, encontros, entre outros;
- A uniformização, poderia permitir a geração de ações comuns, que decorrente à natureza jurídica das ACE's, organizações do terceiro setor, seria possível captar recursos de outras fontes para implementar ações

em larga escala e maior impacto social, e isso através da rede das ACE's em todo o Brasil;

- Um projeto que poderia ser implementado em larga escala seria o de uma Incubadora de Empreendedorismo, Tecnologia Social e Sustentabilidade –
- IETSS, a partir do exemplo do Projeto de criação da Coopermesa através da ACIT em parceria com a Unioeste, e que seguiria a seguinte estratégica após o processo de capacitação acima descrito.

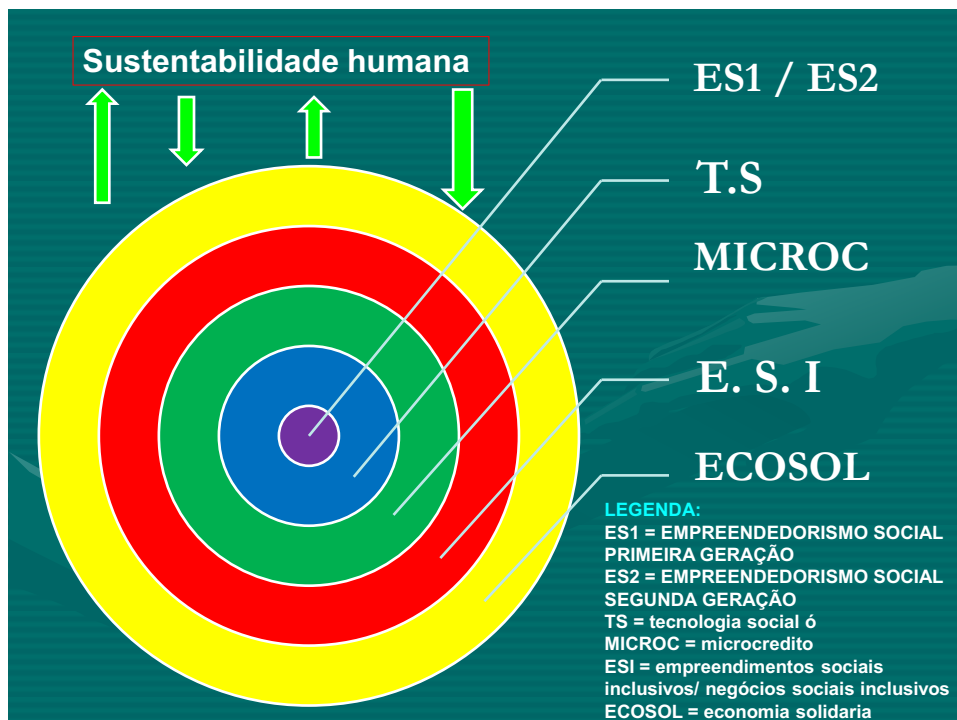


Figura 01: Conexões possíveis entre R.S.E, EMPS e ECOSOL

No esquema acima, defendo que, as ações sendo integradas, puderam desencadear ações que gerem o que venho defendendo como Sustentabilidade

Humana, o que é entendido como a capacidade das pessoas pensarem em si e nas demais, para com isso, buscar o bem comum e viabilizar a vida em sociedade.

O que pode ser feito a partir do desenvolvimento de um quadrante vital, que seria considerado como: capital e inteligência – social (cooperação e solidariedade), humano (educação e informação), espiritual (transcender ao material, valorização espiritual) e emocional (autocontrole e interação grupal), (OLIVEIRA, 2009).

A partir desse entendimento, é possível vislumbrar o desenvolvimento de um processo que faça essa integração, bem como, a revitalização das ACE's serem mais efetivas. Na figura 02, é possível ressaltar essa visão, de modo sistêmico e processual, de modo a gerar uma integração e conexão das três abordagens aqui trabalhadas e a partir da realidade refletida. Trata-se de uma ação e processo, que emanaria do item 1, local/bairro e com o apoio das ACE's em cada localidade do Brasil. Seguindo dessa forma os demais passos e procedimentos como é possível ver nos demais itens de 2 a 7.

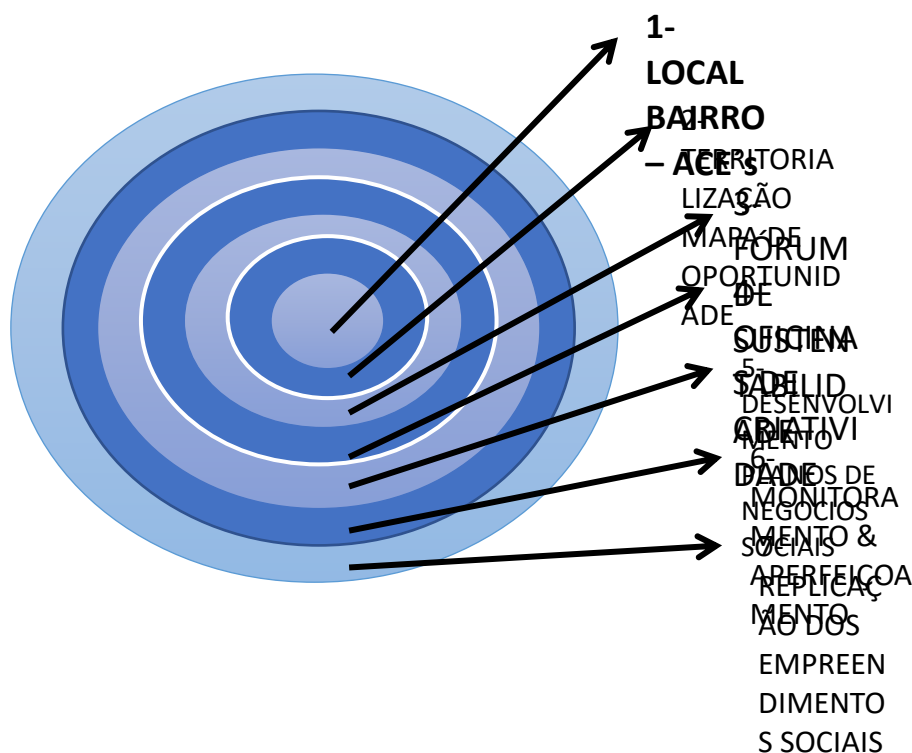


Figura 02: Proposta de Desenvolvimento de Ação Integrada

Essas ações teriam os seguintes objetivos:

- Criar uma ação permanente que gere impactos na vida local ;
- Que envolva as ACE's em nível local, regional e nacional e toda a sociedade;
- Que as ações geradas possam ser replicadas e impactadas em larga escala;
- Que materialize e expresse o compromisso com os princípios da responsabilidade social, da sustentabilidade e da carta da terra no tocante ao combate à pobreza e exclusão social rompendo com práticas assistencialistas e paternalistas;
- Que seja aperfeiçoada e possa ser implantada em várias localidades e por várias ACE's no Estado, no Brasil e quem sabe no mundo.

Sua implementação e operacionalização seguiriam os seguintes passos e lógica operacional, que chamo de Sete Ondas de Inovação Empreendedorismo Social e Auto-Organização Social (SOIESAOS):

- **ONDA 1 = Local:**
 - Bairro, família, pessoas;
 - ACE's;
 - Estrutura da IETESS;
 - Equipe IETESS;
 - Convocação, desafio população local = grupos de interesse.
- **ONDA 2 = Territorialização e Mapeamento de Oportunidades:**
 - Pesquisa participante com a população;
 - Envolver os três setores: governo, empresas e sociedade civil e comunidade cristã.
- **ONDA 3 = Fórum de Sustentabilidade:**
 - Mapa inteligente de oportunidades e potencialidade;
 - Eleger prioridades
 - Desenho de Capacitação Continuada
 - Criar Grupos de Trabalhos – GT's
- **ONDA 4 = Oficinas de Criatividade através dos GT's**
 - Experimentos com as prioridades estabelecidas no fórum de Sustentabilidade;
 - Elaboração de Planos de Negócios Sociais (PNS) para viabilidade dos experimentos realizados nas oficinas de criatividades e inovação;

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n5p>

- Podem surgir ações nas mais variadas áreas a partir da realidade local e do comprometimento das pessoas em melhorar as suas vidas a partir do seu território;
- Estratégias de parcerias e captação de recursos para viabilizar os PNS.
- **ONDA 5 = Incubação dos Planos de Negócios**
 - Colocar em prática os Planos de Negócios Sociais;
 - Conectar a rede de empresários e negócios existentes no Local, Regional e Estadual.
- **ONDA 6 = Monitoramento & Aperfeiçoamento das ações/empreendimentos sociais construídas, a exemplo da Coopermesa em parceria com a ACIT.**
- **ONDA 7 = replicação das ações/empreendimentos com apoio das ACE's:**
 - Cidade;
 - Região;
 - Estado;
 - País;
 - Mundo.

É importante destacar que tal proposição, não é mera especulação ou "ficção", grande parte desse processo já foi colocado em prática, como sinalizado no estudo de caso do programa de extensão CASULO em parceria com a ACIT. Logo, trata-se de uma proposta exequível, mas que deve ser adaptada considerando as múltiplas realidades comunitárias de onde for reaplicada.

CONCLUSÕES

No presente trabalho, o principal objetivo, foi apresentar uma reflexão, pautada em análise teórica conceitual das categorias: i) Responsabilidade Social Empresarial, ii) Empreendedorismo Social e iii) Economia Solidária. Procurei ressaltar que tanto i, ii e iii, têm pontos possíveis de conexão, apesar de suas ambivalências.

Considerando principalmente, que na prática, as ações se encontram, as fontes de recursos são quase que as mesmas, e as populações de interesse são idênticas. A proposta para fortalecer as possíveis conexões, estaria numa ação integrada e num processo sistêmico de desenvolvimento integral e integrado, tendo as ACE's como possíveis agentes articuladores de poder local para fazer e principalmente iniciar esse processo.

Para tanto, como mostra a pesquisa junto aos representantes dessas organizações, é preciso abrir a visão e deixar de lado ações meramente pontuais, superficiais e assistencialistas, sem de fato, assumir o papel do Estado, mas potencializar as ações integradas e em parceria com outros movimentos sociais locais, como é o caso tanto de empreendimentos sociais do terceiro setor feito a economia solidária.

Com isso, espero ter contribuído para sinalizar uma estratégia diferenciada que tem os seus limites e paradoxos é claro, mas que tem potencialidades evidentes que podem em muito superar as limitações encontradas, pois como procurei evidenciar, essa rede capilar que são as ACE's, se melhor potencializadas, podem se tornar efetivas agências de transformação e sustentabilidade de nossa realidade, no combate à pobreza e cumprimento de metas e anseios por um mundo melhor, justo e sustentável.

Referências

ALMEIDA, Fernando.(2007) **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente** Rio de Janeiro: Campus.

DAWBOR, Ladislau. (2002).A comunidade inteligente: visitando as experiências de gestão local, in: **Novos contornos da gestão local: Conceitos em construção** / Silvio Caccia-Bava, Veronika Paulics, Peter Spink - organizadores. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 336p.

ESTEVES, A. G. (2011) Economia solidária e Empreendedorismo Social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho. **O Social em Questão**. Ano XIV, n.25/26, p.237 – 260.

FILHO FRANÇA, Gernauto Carvalho.(2002) Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: trançando fronteiras conceituais. **Revista Bahia análise e Dados**, Salvador, SEI, v.12 número 1, p. 9-19 junho.

FISCHER, Rosa Maria.(2002) **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre Empresas e Terceiro Setor**. São Paulo: Gente.

GAIGER, Luiz Inácio.(1996) Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia

popular? In: . (org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, p. 101-126.

GAIGER, Luiz Inácio.(1998) A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, n. 50, p. 47-71.

HARMAM, Willis, HORMAMNN, John.(1990) **O trabalho criativo: o papel construtivo dos negócios numa sociedade em transição**. São Paulo: Cultrix.

LAVILLE, Jean Louis.(2006) Ação pública e economia: um quadro de análise, in Fraça Filho et all, **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**, Porto Alegre: Ediotra UFGS.

LECHAT, Noëlle Marie Paule.(2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas – Revista de Ciências Sociais** Ano 2, nº 1, junho 2002.

OLIVEIRA, Edson Marques **Pesquisa de percepção e prática da responsabilidade social empresarial de Toledo-PR**: ACIT: Toledo-PR.

OLIVEIRA, Edson. (2007) **Marques Responsabilidade Social Empresarial Através das Associações Comerciais : A Estratégia Casulo-Sócio Tecnológico anais do III Seminário de Gestão, UNIFAE, Curitiba-PR.**

OLIVEIRA, Edson Marques.(2004) **Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista FAE. Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez.**

OLIVEIRA, Edson Marques.(2003) **Empreendedorismo Social no Brasil: fundamentos e estratégias.** 538 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social da UNESP, Franca.

OLIVEIRA, Edson Marques.(2008) **Empreendedorismo Social: da teoria à prática, do sonho à realidade.** Rio de Janeiro: Ed Qualytimeark.

OLIVEIRA, Edson Marques.(2009) **Sustentabilidade Humana e o Quadrante Vita: desafios para o século XXI, disponível em <http://cac.php.unioeste.br/eventos/coaching/arqs/Sustentabilidade Humana e o Quadrante Vital.pdf> , acesso em março de 2014.**

PARENTE, Cristina; MACO, Vanessa; COSTA, Daniel Costa; AMADOR, Cláudia. (2012-2013), **Representações sobre empreendedorismo social Revista Cooperativismo e Economia Social, nº 35, pp. 3-6.**

PARENTE, Cristina.(2014) **Empreendedorismo Social em Portugal.** Universidade do Porto: Faculdade de Letras, Porto, Portugal.

PUCHMANN, Marcio (et.all).(2004) **Atlas da exclusão social: Os ricos no Brasil.** São Paulo: Cortez.

YUNUS, Muhammad.(2008) **Um mundo sem pobreza: a empresa e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática.

PAOLI, Maria C. **Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa(org.).(2002) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n5p>

- RICO, Elizabeth de Melo.(2004) A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 4.
- SINGER, Paul Prefácio.(1998) In: ANTEAG. **Empresa social e globalização: Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente.** São Paulo: ANTEAG.
- SINGER, Paulo. (2000) Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: Gabriel Kraychete et al. (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes (Capina/Cese/UCSal), p. 143-165.
- WELLEN, Henrique Adnré Ramos. (2009).**Para a crítica da " economia solidária"**. Rio de Janeiro: UFRJ. (tese de doutoramento).